

A ATUALIDADE DO PENSAMENTO E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA

por **Guilherme Xavier de Santana** [1]

É muito comum quando lemos, estudamos e acompanhamos os debates acerca da teoria e prática relacionadas à educação libertária, assistimos as referências majoritariamente situadas em experiências do final do século XIX e na primeira metade do século XX.

Até por conta do início do movimento anarquista ter se dado na conjuntura da construção da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864) e outros eventos fundamentais no contexto como a Comuna de Paris (1871), por exemplo.

O próprio projeto educacional da Comuna de Paris era extremamente inovador no sentido de debater a universalização do ensino, visto que naquele período as escolas e espaços educacionais em gerais eram de perfil confessionais (ligados à igreja católica) ou privado (onde apenas filhos da elite poderiam frequentar, pois eram pagas).

Podemos citar como um excelente exemplo de prática libertária a experiência da militante francesa e anarquista Louise Michel (1830-1905), que lutou na linha de frente da Comuna de Paris, quando deportada para a Nova Caledônia (colônia da França situada na Oceania) por 9 anos (1871-1880) se juntou aos povos nativos locais.

Michel além de outras atuações era professora, e talvez tenha sido uma das primeiras militantes a atentarem e se colocar abertamente contra a exploração que os povos europeus cometiam em outros locais fora do continente como, principalmente, na Ásia e África naquele período.

Já mais pro fim do século XIX e início do século XX, outras experiências seminais, que são sempre debatidas e citadas (com muita justiça, inclusive) são por exemplo o orfanato de Cempuis liderado pelo educador Paul Robin entre 1880 e 1894. Alguns anos depois

tivemos o experimento da Colmeia, sob o comando do anarquista e pedagogo Sebastien Faure, no período compreendido entre 1904 e 1917.

Na Espanha, mais exatamente na região de Barcelona, tivemos uma das mais importantes e conhecidas experiências de projeto de educação libertária que fora o movimento da Escola Moderna, que tinha como o maior entusiasta o pedagogo catalão Francesc Ferrer i Guardia. A Escola Moderna (1901 – 1909) buscou construir uma ruptura de paradigmas educacionais naquele período, levando à frente um novo sistema pedagógico, tentando romper com preconceitos raciais, de classe, de cor e de gênero que vigoravam em diversos sistemas de educação naquele momento, quando a maioria se subordinava à Igreja Católica (SANTOS, 2017, p. 89).

O programa educacional da Internacional dos Trabalhadores, além dos experimentos da anarquista no território colonizado e explorado pela França, quanto de Robin e Faure (todos franceses) e de Ferrer i Guardia em Barcelona, buscam para além da teoria colocar em prática alguns princípios libertários que já eram debatidos por pensadores e militantes anarquistas como Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) e Mikhail Bakunin (1814-1876). Dentre eles pontuamos o ensino integral.

O princípio do ensino integral pode ser resumido a partir da ideia pedagógica na qual a formação manual e intelectual não podem se dissociar, e necessariamente precisam ser conduzidas de forma conjunta e complementar, sem se sobrepor uma à outra. A instrução de forma integral procura romper com o status quo da manutenção dessa educação formal que temos, buscando uma transformação radical dos seres humanos em sua postura.

Reforçando que naquele período histórico a pauta anticlerical devido à enorme influência política e social que a igreja católica exercia na Europa e no mundo, incluindo esse poder no campo da educação.

Outros princípios que norteiam a teoria e prática libertária na educação que podemos pontuar aqui são os de autogestão e ação direta.

A autogestão na educação aqui pode ser entendida como uma tentativa e construção coletiva de divisão de tarefas e funções dos espaços educacionais, onde as barreiras entre docentes e discentes precisam ser derrubadas e estreitadas ao máximo. Onde o processo de ensino-aprendizagem é uma troca e não uma mera , e que todas as pessoas envolvidas podem participar e revezar nas funções educacionais dependendo de cada situação.

Já a ação direta pode ser caracterizada de forma resumida como uma prática que se traduz principalmente em atividades de propagandas e de educação destinadas a despertar nas massas a consciência das contradições sociais a que estão submetidas, fazendo com que o desejo e a consciência da necessidade da revolução surja em cada um dos indivíduos e que esses tomem para si, de forma organizada, as rédeas de alguma pauta política, seja ela específica ou mais generalizada, dependendo da situação (GALLO, 2007, p. 21).

Conectando de forma breve os princípios com as experiências iniciais do início do século XX no Brasil podemos apontar que as primeiras bases libertárias no campo da educação se desenvolveram a partir do vínculo com o movimento operário, não só no Brasil, mas também em outras partes do mundo.

Um dos principais componentes característicos das primeiras experiências pedagógicas no país com um viés anarquista é que estas foram influenciadas diretamente por imigrantes (mas não somente) que obtiveram contato com experiências similares na Europa (KASSICK; KASSICK, 2004).

Mas se a gente conseguir ampliar esse leque de experiências libertárias ao longo do tempo, entendendo que mesmo não sendo praticada por anarquistas de maneira enfática, podemos incluir diferentes eventos históricos que dialogam com princípios já citados no presente texto.

Por exemplo a tradição da educação popular no Brasil e América Latina, que tem na figura de Paulo Freire e todos que o ajudaram a construir com o Movimento de Educação de Base nos anos 1960, que deixou um legado e passou a influenciar diversos coletivos e movimentos ligados à uma construção de uma educação que busca ser emancipatória com seu método freireano de educação, como por exemplo, das palavras geradoras por exemplo.

Avançando nesse assunto é imprescindível citar as educações quilombola, indígena e camponesa que também se incluem nos exemplos contemporâneos de educação libertária.

Fora os projetos e parcerias que existem de educadores e educadoras populares ligados a movimentos sem teto que fazem trabalhos de alfabetização, recreação e outras atividades culturais e políticas.

No Rio de Janeiro durante alguns anos das primeiras duas décadas do século XX, existia esse trabalho educacional com perfil libertário junto à algumas ocupações sem-teto com um caráter autônomo, que se baseavam na autogestão e não eram ligados a movimentos institucionais ou partidos políticos.

Todas essas formas de troca educacional se inserem na lógica que acreditamos ser uma educação que em seus pormenores e práticas estão alinhadas aos princípios da ação direta e da autogestão. Com participação de docentes, estudantes e apoiadores(as) no processo que sempre tende a ser coletivo, sem participação de instituições estatais em diversos casos.

Portanto, quando temos uma educação ligada aos saberes tradicionais da terra e culturas ancestrais, desenvolvida de forma comunitária e coletiva, podemos sim caracterizar ou pelo menos aproximar com uma prática libertária no campo da educação. Acrescento ainda os diversos projetos de pré vestibulares populares/comunitários que não possuem coordenação fixa, nem ligação com partidos políticos da ordem ou ONGs.

O próprio ciclo de ocupações escolares que ocorreram em 2015 e 2016 no Brasil possuem aspectos que se conectam diretamente com a educação libertária. Os estudantes romperam com a burocracia estatal nas escolas (mesmo que por períodos diferentes de ocupação e realidades diversas também de escola para escola).

Além disso, os secundaristas exerceram uma autogestão social da escola, ressignificaram o espaço físico dos colégios, promoveram atividades nas escolas durante o período que estavam ocupadas que iam muito além do currículo formal, com formação política, atividades de ciências, eventos culturais, dentre outros fatores que nos fazem ter essa reflexão e ligação com a educação libertária.

Compreendemos que todos esses exemplos dialogam diretamente com princípios autogestionários e da ação direta na prática, constroem uma educação que vai além do espaço formal, de forma autônoma, independente e seguem com uma política acima de tudo anticapitalista, assim como os exemplos históricos.

Porém, reforço aqui que é de suma importância levar em conta o contexto histórico, social e político como um todo para não cairmos em armadilhas para compararmos de maneira irresponsável as práticas educacionais contemporâneas e as escolas operárias do início do século XX, por exemplo.

Por fim e indo para além do espectro contexto local, citaremos as importantíssimas e fundamentais experiências contemporâneas de educação em Chiapas no México, e em Rojava, na região do Curdistão. Ambas localidades passam por processos de verdadeiras revoluções sociais, rupturas com a ordem social e que vem desenvolvendo outras lógicas sociais em diferentes aspectos.

Guardadas as devidas proporções, os projetos educacionais dos zapatistas no México e dos curdos em Rojava possuem pormenores que valorizam os saberes locais, o senso de comunidade, uma outra lógica de política que está ligada diretamente à prática e histórias

locais, a geografia do lugar, e que, por exemplo, as mulheres possuem um papel de destaque em ambos processos políticos e educacionais num geral.

Encerro aqui tentando mostrar que a prática libertária em educação segue viva, em diferentes locais se renovando e com experiências que rendem muita resistência diante do sistema que vivemos.

Em tempos de negação da ciência, avanço do conservadorismo em diversos aspectos da sociedade e de avanço da perseguição àqueles e aquelas que lutam por uma educação que vai muito além das quatro paredes da sala de aula ou que rompem os muros das escolas, é fundamental refletirmos sobre isso e tentar nos ligar, divulgar, aprender e ensinar com esses exemplos que seguem vivos, e muito provavelmente sendo construídos mais perto do que a gente imagina.

Que a gente possa colocar em prática o lema que os zapatistas levam na região de Chiapas, não só no campo da educação mas nos movimentos sociais e populares em geral fora das amarras institucionais. Ou seja, que possamos “mandar obedecendo e obedecer mandando” em todos os espaços, no intuito de construir espaços libertários, antiautoritários, anticapitalista e que avançam para além da lógica das instituições do estado.

Disponível em:

<https://ielibertarios.wordpress.com/2020/09/02/a-atualidade-do-pensamento-e-pratica-d-a-educacao-libertaria-por-guilherme-xavier-de-santana-1/>

NOTAS:

[1] Doutorando em História Comparada no Programa de Pós Graduação em História Comparada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-IH-UFRJ); membro-pesquisador do Observatório do Trabalho na América Latina

(OTAL) e do Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias CPDEL-UFRJ); Mestre em Educação no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE-UFRJ) na linha de Políticas e Instituições Educacionais; Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), graduação em Licenciatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010) e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015); Atualmente é professor do Governo do Estado do Rio de Janeiro; Milita no campo da educação popular, libertária e do movimento popular.

REFERÊNCIAS:

GALLO, S. Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação. São Paulo: Imaginário, 2007.

KASSICK, N. B.; KASSICK, C. N. A Pedagogia Libertária na história da educação brasileira. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

SANTOS, H. T. Anarquismo e formação do Partido Comunista do Brasil (PCB). Rio de Janeiro: Rizoma, 2017.